

## ***COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL***

### ***REQUERIMENTO*** ***(Do Sr. João Grandão )***

Requer reunião de Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, para debater proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável para os Povos Indígenas.

Senhor Presidente,

Requeremos a V. Exa., nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que ouvido o Plenário, esta Comissão se digne a adotar as providências necessárias para a realização de reunião de Audiência Pública em ação conjunta com a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias com o objetivo de enriquecer o debate legislativo, na elaboração de uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável para os Povos Indígenas. A realizar-se no dia 27 de novembro de 2003, com as seguintes presenças:

- 1.) Dr. Miguel Rossetto – Ministro de Desenvolvimento Agrário
- 2.) Dr. Mércio Pereira Gomes - Presidente da FUNAI
- 3.) Dra. Zilda Arns Neumann - Coordenadora da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena do Conselho Nacional de Saúde - Ministério da Saúde
- 4.) Genival Saterê-Mauê – Representante da COIAB – Coordenação das organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- 5.) Azilene Kaingang – Representante do CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar
- 6.) Wilson de Jesus Pataxó – Representante da APOIME – Articulação dos Povos Indígenas de Minas Gerais, Espírito Santo e Nordeste.

### **JUSTIFICATIVA**

O atual momento brasileiro necessita e vem desenvolvendo profundas reflexões sobre o papel das políticas públicas. Neste aspecto, a questão indígena torna-se relevante e crucial no processo de resgate da enorme dívida social e da discriminação étnica que o Estado e a Sociedade Brasileira, historicamente, tem estabelecido nas suas relações com os povos indígenas. Nesse sentido, apresentamos uma iniciativa que tenta reconstruir

os percursos institucionais e políticos, numa nova abordagem de elaboração de uma política pública para as comunidades indígenas.

A Comissão Intersetorial de Saúde Indígena do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde teve papel preponderante em lançar o desafio da reconstrução de uma política pública, intersetorial e integrada, abrangendo as áreas de saúde, educação, alimentação, agricultura, piscicultura, transporte, habitação, cultura, legalização territorial e ambiental. Este vasto campo interligado de preocupações, objetiva ultrapassar os obstáculos de ações pontuais, algumas merecedoras de reconhecimento, mas ineficazes nos encaminhamentos de mudanças estruturais e de soluções auto-sustentáveis frente a realidade adversa destas comunidades.

A decisão de construir um Grupo de Trabalho para articular processos participativos e parcerias estratégicas na construção de subsídios consistentes para a elaboração de uma Política, nos campos abrangentes da Segurança Alimentar e do Desenvolvimento Sustentável, foi fundamental para aglutinar os esforços do governo, das lideranças indígenas e de diversas entidades não-governamentais que atuam no setor.

Esta estratégia, construída conjuntamente com as diversas lideranças indígenas do país, fortaleceu o processo de legitimação das propostas a serem sistematizadas e discutidas com as instâncias de decisão política e institucional. Foram realizadas 19 oficinas descentralizadas, que proporcionou de forma original a participação efetiva de lideranças indígenas em todo o território nacional, além de envolver órgãos governamentais estratégicos como o Ministério da Justiça (FUNAI), Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF), Ministério da Saúde ( Conselho Nacional de Saúde e CGPAN/MS e Fundação Nacional de Saúde), Ministério do Meio Ambiente (PDA/PPG-7), Ministério da Educação (CGAE), MESA, EMBRAPA.

Coube ao Ministério do desenvolvimento Agrário a coordenação dessas oficinas regionais nas quais se manifestarão as 192 etnias indígenas do nosso país, representadas em cada oficina , por 25 líderes indicados por suas organizações.

Em face da reconhecida importância dos povos indígenas e da precariedade na concepção das políticas públicas que visam atender suas demandas e necessidades, de comunidades que habitam em 104 milhões de hectares do solo nacional, numa população estimada em mais de 370 mil indígenas, distribuídos em 291 povos que falam mais de 190 línguas, historicamente marcados pela indiferença ou descaso do poder público, estigmatizados pela exclusão e discriminação, acreditamos na justeza do propósito de abrirmos um espaço de debate sobre a realidade indígena no Poder Legislativo Brasileiro, enfocando este rico material de consulta nacional aos povos indígenas sobre o que pensam e o que querem no processo de integração de seu desenvolvimento, de sua cultura e de sua cidadania.

Tendo em vista, agenda para o dia 24 de novembro de 2003, em Brasília, para a instalação do Fórum de Política Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável para os Povos Indígenas, composto por lideranças indígenas escolhidas no decorrer das oficinas regionais descentralizadas, ocasião em que aprovaram o

documento sistematizado e com diretrizes definidas que subsidiará a elaboração do plano nacional, solicitamos a apreciação desta Comissão para a realização, no dia 27/11/2003, da Audiência Pública, em ação conjunta com a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, com o objetivo de debatermos tão importante tema nesta Casa Legislativa, como atividade final do Fórum.

Sala das Comissões, / 2003.

JOÃO GRANDÃO  
Dep. Federal – PT/MS

Excelentíssimo Senhor  
Dep. WALDEMIR MOKA  
Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural  
Câmara dos Deputados